

Fundamento/Objetivo da Lei

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

[Mensagem de veto](#)

[Vigência](#)

[Regulamento](#)

[Vide Decreto nº 11.129, de 2022](#) [vigência](#)

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Aplicabilidade da Lei

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Aplicabilidade da Lei

Destaques:

Pontos Principais	Descrição
Responsabilidade Objetiva	A pessoa jurídica é responsabilizada objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, por atos contra a administração pública.
Escopo da Administração Pública	A lei de cobre atua contra a administração pública tanto no Brasil quanto no exterior.
Abrangência de Aplicação	Candidate-se a sociedades empresárias e simples, fundações, associações, entidades ou sociedades estrangeiras com presença no Brasil.
Independência do Tipo Jurídico	Independência de formalização legal, tipo societário ou permanência no território (mesmo que temporário).

Macete para lembrar:

Sociedades Empresárias + Sociedades Simples → personificadas ou não

Art. 1º- Como pode ser cobrados pela banca?

Uma multinacional com sede nos Estados Unidos abriu uma filial no Brasil. Durante sua operação, foi constatado que a filial se envolveu em um esquema de corrupção com agentes públicos no exterior. Com base na Lei nº 12.846/2013, a empresa:

- a) Não pode ser responsabilizado, pois as práticas foram cometidas fora do Brasil.
- b) Somente responderá no Brasil se o ato ilícito tiver impacto financeiro para a administração pública brasileira.
- c) Pode ser responsabilizada objetivamente, tanto administrativamente quanto civilmente, pelas práticas ilícitas, mesmo ocorridas fora do país.
- d) Será processado criminalmente no Brasil pelos atos praticados contra a administração pública estrangeira.
- e) Pode ser responsabilizada, mas apenas caso a matriz também esteja relacionada diretamente no ilícito.

Alternativa correta: C

Art. 1º- Como já foi cobrado em prova?

(Ibest - 2024 - CRQ - 13ª Região - SC - Técnico de Formação Superior – Administrador)

Com base nos fundamentos da legislação anticorrupção brasileira, julgue o item.

A lei anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) não se aplica às sociedades simples e às sociedades não personificadas, dado o seu caráter não empresarial.

() Certo

() Errado

Alternativa correta: ERRADO

Da Responsabilidade

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput .

§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

§ 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

§ 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Da Responsabilidade

Destaques:

Pontos Principais	Artigo	Descrição
Responsabilidade Objetiva	Art. 2º	Uma pessoa jurídica responde objetivamente por atos lesivos à administração pública praticada em seu benefício, exclusivo ou não.
Responsabilidade Individual	Art. 3º	A responsabilidade da pessoa jurídica não exime a responsabilidade dos dirigentes, administradores ou pessoas naturais envolvidas.
Independência da Responsabilidade	Art. 3º, §1º	A pessoa jurídica responde independente da responsabilidade das pessoas físicas.
Culpabilidade dos Dirigentes	Art. 3º, §2º	Os Dirigentes são responsabilizados somente na medida de sua culpabilidade.
Continuidade em Reorganização	Art. 4º	A responsabilidade da pessoa jurídica persiste em caso de fusão, cisão ou incorporação, com limite de responsabilidade para sucessores e exceção para fraudes.
Responsabilidade Solidária	Art. 4º, §2º	Controladoras, coligadas e consorciadas são solidariamente responsáveis, limitando-se à multa e peças de danos.

Art. 2º a 4º- Como pode ser cobrados pela banca?

Uma empresa brasileira, ao se fundir com outra, herdou a responsabilidade por um dano ambiental causado pela antecessora. Além disso, durante uma auditoria, foi descoberto que o diretor financeiro da antiga administração também participou dos atos ilícitos. Com base na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade da empresa sucessora é completa e inclui todas as avaliações da lei, independentemente do patrimônio transferido.
- b) A responsabilidade objetiva da empresa é limitada ao patrimônio transferido, e o diretor financeiro será responsabilizado de acordo com sua culpabilidade.
- c) A transferência exclui a responsabilidade da empresa sucessora por atos ilícitos cometidos antes do acordo societário.
- d) A empresa sucessora e o diretor financeiro são solidariamente responsáveis por todos os atos lesivos, incluindo avaliações que não estão limitadas pelo patrimônio.
- e) A responsabilidade do diretor financeiro fica suspensa em casos de fusão, sendo aplicável apenas à empresa sucessora.

Alternativa correta: B

Art. 2º a 4º- Como já foi cobrado em prova?

(IDECAN - 2022 - TJ-PI - Analista Judicial)

A Lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção) prevê a responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública. Assinale a alternativa correta quanto à responsabilização das pessoas jurídicas.

- A) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas por responsabilidade subjetiva de um de seus dirigentes.
- B) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas quando houver condenação penal com trânsito em julgado de todos os seus dirigentes.
- C) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas, objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.
- D) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas por atos omissivos dos seus dirigentes.
- E) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas por responsabilidade civil de seus dirigentes.

Alternativa correta: C

Art. 2º a 4º- Como já foi cobrado em prova?

(FGV - 2024 - TCE-PA - Auditor de Controle Externo - Área Administrativa - Gestão Governamental)

Sociedade Açucena praticou conduta que caracteriza ato lesivo à Administração Pública Estadual, situação em que, à luz da Lei nº 12.846/13,

- A) eventual responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta a possibilidade de responsabilização na via judicial.
- B) a instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas na norma em comento, afastando, assim, a imposição de tais penalidades
- C) a aplicação de sanções na esfera judicial depende da caracterização do elemento doloso, não bastando a mera voluntariedade do agente para fins de responsabilização.
- D) não há possibilidade de aplicação de sanções à pessoa jurídica, diante da ausência do elemento volitivo, restringindo-se a aplicação de penalidades aos dirigentes e administradores da sociedade.
- E) não pode ser a ela aplicada sanção na via administrativa, restringindo-se tal esfera de responsabilização aos atos lesivos à Administração Pública federal e estrangeira.

Alternativa correta: E

Art. 2º a 4º- Como já foi cobrado em prova?

(FGV - 2024 - ENAM - 1º Exame Nacional da Magistratura)

Há uma década, foi editada lei que pretende resguardar as várias administrações contra atos que possam ser qualificados como “de corrupção”. Trata-se da Lei nº 12.846, de agosto de 2013, que objetiva proteger tanto administrações públicas nacionais quanto estrangeiras em face de atos praticados por pessoas jurídicas que atentem contra os seus respectivos patrimônios, ou que comprometam princípios, entre outras situações.

Sobre a legislação mencionada, assinale a afirmativa correta.

- A) Sempre que a pessoa jurídica for responsabilizada, os seus dirigentes ou administradores o serão de forma objetiva.
- B) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- C) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos previstos na mencionada lei.
- D) A pessoa jurídica apenas poderá ser responsabilizada se houver a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.
- E) Caso haja fusão ou incorporação da empresa, a responsabilidade da sucessora continuará ampla e gerará a responsabilidade direta dos seus dirigentes ou administradores objetivamente.

Alternativa correta: C

Art. 19 - Como já foi cobrado em prova?

(FGV - 2024 - ENAM - 1º Exame Nacional da Magistratura)

O termo compliance pode ser entendido como “estar em conformidade” e vem ganhando crescente importância na implementação de estruturas, processos e mecanismos tanto no setor privado como no setor público. Para minimizar os riscos de corrupção, o compliance foi ganhando espaço no setor público, especialmente com a entrada em vigor da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.864/2013).

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Por meio da responsabilidade subjetiva, as empresas podem ser punidas por atos de corrupção, independentemente de culpa, bastando a comprovação de que tais atos tenham sido praticados em seu interesse ou benefício.
- II. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- III. A Lei Anticorrupção não abrange todas as esferas da Administração Pública (municipal, estadual e federal), tendo incidência direta apenas no âmbito federal.

Está correto o que se afirma em:

- A) II, apenas. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas. E) I, II e III.

Alternativa correta: A

Dos Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira

CAPÍTULO II

DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o

patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Dos Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira

Destaques:

Categoria de Ato Lesivo	Descrição
Corrupção Ativa (Inciso I)	Promessa, oferta ou concessão de vantagem indevida a agentes públicos ou terceiros relacionados.
Financiamento Ilícito (Inciso II)	Financiamento, custódia ou patrocínio de práticas ilícitas previstas na lei.
Ocultação de Interesses (Inciso III)	Uso de terceiros para ocultar interesses ou identidade dos beneficiários de atos ilícitos.
Fraudes em Licitações e Contratos (Inciso IV)	Inclui práticas como fraudar caráter competitivo, evitar concorrentes, criar empresas fictícias, manipular contratos e obter vantagens indevidas em licitações.
Obstrução de Fiscalização (Inciso V)	Atos que visam dificultar a fiscalização, a investigação e a atuação de órgãos e agentes públicos, incluindo agências reguladoras e órgãos de fiscalização financeira.

Art. 5º- Como pode ser cobrados pela banca?

Uma empresa brasileira ofereceu vantagens indevidas a funcionários públicos estrangeiros para garantir contratos de fornecimento, e, posteriormente, dificultou a investigação do Ministério Público sobre essas práticas. Além disso, foi constatado que a empresa subsidiava um terceiro para ocultar o beneficiário real das operações. Com base na Lei nº 12.846/2013, quais das alternativas abaixo descrevem corretamente os atos lesivos praticados pela empresa?

- a) Corrupção ativa, financiamento ilícito e ocultação de interesses.
- b) Financiamento ilícito e fraude em licitações e contratos.
- c) Obstrução de fiscalização, ocultação de interesses e financiamento ilícito.
- d) Corrupção ativa, obstrução de fiscalização e ocultação de interesses.
- e) Corrupção ativa e fraude em contratos administrativos.

Alternativa correta: D

Art. 5º- Como já foi cobrado em prova?

(CESGRANRIO - 2024 - Caixa - Médico do Trabalho)

A Lei no 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

De acordo com essa lei, constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

- A) obter para o ente público vantagem ou benefício de modificações ou prorrogações de contratos com a Administração Pública, com autorização em lei.
- B) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- C) financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos lícitos previstos nessa lei, alegadamente.
- D) utilizar-se de pessoa física ou jurídica como procurador, regularmente constituído, para defender seus interesses junto à Administração Pública.
- E) criar, de modo regular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

Alternativa correta: B

Administração Pública Nacional ou Estrangeira / Agente Público

CAPÍTULO II

DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Administração Pública Nacional ou Estrangeira / Agente Público

Destaques:

Ponto Principal	Descrição
Administração Pública Estrangeira (§1º)	Inclui órgãos estatais, representações diplomáticas e entidades controladas por países estrangeiros em qualquer esfera de governo.
Organizações Internacionais (§2º)	As organizações públicas internacionais são equiparadas à administração pública estrangeira para fins de aplicação da Lei.
Agente Público Estrangeiro (§3º)	Inclui pessoas que ocupam cargos em órgãos de países estrangeiros ou organizações internacionais, mesmo temporariamente ou sem subsídios.

Art. 5º, parágrafos - Como pode ser cobrados pela banca?

Durante uma investigação sobre práticas ilícitas, uma empresa brasileira foi acusada de oferecer vantagens indevidas a funcionários de uma organização pública internacional. Essa organização tinha uma função de regulamentação de comércio entre países. Considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, qual das alternativas abaixo melhor classifica a situação?

- a) Não se aplica a lei, pois as organizações internacionais não são equiparadas à administração pública estrangeira.
- b) A lei se aplica, pois organizações públicas internacionais são equiparadas à administração pública estrangeira para efeitos de responsabilidade.
- c) Somente seria aplicável caso a organização fosse diretamente vinculada a um país específico.
- d) Não se aplica a lei, pois a situação envolve uma organização sem vínculo governamental específico.
- e) A lei se aplica apenas se houver comprovação de que o agente atuou em nome de um país estrangeiro.

Alternativa correta: B